

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 2410/2022-PGJ, DE 24.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Promover, por merecimento, o 1º Promotor de Justiça de Aparecida do Taboado, Oscar de Almeida Bessa Filho, Segunda Entrância, símbolo MP-23, para a 54ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Entrância Especial, símbolo MP-24, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (PGA nº 09.2022.00003717-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2453/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1594/2020-PGJ, de 5.5.2020, com a redação dada pela Portaria nº 1708/2021-PGJ, de 19.5.2021, que designou membros e servidores para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul junto ao Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público, de forma que, onde consta:

**REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

Titular: Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Suplente: Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa

**COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS**

Titular: Wellington Gradella Marthos

Suplente: Christiane de Oliveira Landgraf Pinto

Passe a constar:

**REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

Titular: Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Suplente: Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos

**COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS**

Titular: Wellington Gradella Marthos

Suplente: Augusto Aparecido Ribeiro Colato

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-536/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Maurício Mecelis Cabral, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2338/2022-PGJ, DE 19.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Élcio Félix D'Angelo licença para, sem prejuízo de suas funções, frequentar curso de pós-graduação do Programa de Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, a partir de 28.3.2022, até o término do curso, nos termos do voto do relator, bem como do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20 de setembro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-533/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Henrique Franco Cândia, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO
2021/2022	12	11 a 22.7.2022	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2412/2022-PGJ, DE 24.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2017/2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004593-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-535/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2016/2017	5	25 a 29.7.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2413/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Maracaju, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, a partir de 7.6.2022, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2415/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral no período de 14.6.2022 a 31.10.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2414/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Simone Almada Goes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 16ª Zona Eleitoral no período de 7.6.2022 a 31.10.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-532/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.12.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2416/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 10ª Promotora de Justiça de Dourados, Rosalina Cruz Cavagnolli, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisora das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca a partir de 15.6.2022, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2417/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº e-1450/2021-PGJ, de 12.11.2021, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos férias regulamentares que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2411/2022-PGJ, DE 24.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 71/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Requisitante – Carlos Cesar de Araujo Junior, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; 4) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 4.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia (PGA nº 09.2021.00005783-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-534/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Nonato, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	11 a 20.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-567/2022 - PGJ, DE 26.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Clovis Amauri Smaniotto 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, no período de 2.5 a 30.6.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**
**PORTARIA N° 2409/2022-PGJ, DE 24.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Autorizar a averbação de tempo de contribuição à Agência de Previdência de Mato Grosso do Sul, Ageprev, requerida pela servidora Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, bem como do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com as alterações advindas da Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2022.00003692-6):

TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	LOCAL DE SERVIÇO
2 (dois) anos e 7 (sete) meses e 18 (dezoito) dias	17.3.2011 a 4.11.2013	Assessora Jurídica	Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2424/2022-PGJ, DE 25.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E:**

Conceder ao servidor Vítor Avila Barsotti, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Geologia, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (Daex), a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 1º.4.2022, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGA nº 09.2021.00007116-3).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-566/2022/PGJ, DE 25.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1252/2021-PGJ, de 28.10.2021, que concedeu férias ao servidor Saulo Giulhiano Ricaldes Gonçalves, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 21 a 30.7.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 24/2022/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna público o nome da Promotora de Justiça inscrita para promoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, segunda entrância:

**Inscrita:** Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes.

Campo Grande, 25 de maio de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 25/2022/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna público o nome do Promotor de Justiça inscrito para promoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância:

Inscrito: Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

Campo Grande, 25 de maio de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 26/2022/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para **promoção, pelo critério de merecimento, para a 36ª Procuradoria de Justiça Cível, segunda instância.**

**Inscritos:** Promotores de Justiça Marcos Fernandes Sisti, Clóvis Amauri Smaniotto, Silvio Amaral Nogueira de Lima, Vera Aparecida Bogalho Frost Vieira, José Aparecido Rigato, Christiane de Alencar, Luciana Moreira Schenk, José Antonio Alencar, Renzo Siufi, Reynaldo Hilst Mattar e Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

Campo Grande, 25 de maio de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 27/2022/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna pública a lista dos inscritos para **transferência e promoção, pelo critério de antiguidade, para a 4ª Procuradoria de Justiça Criminal, segunda instância.**

**Inscritos para transferência:** Não houve.

**Inscritos para promoção:** Promotores de Justiça Marcos Fernandes Sisti, Clóvis Amauri Smaniotto, Christiane de Alencar e Reynaldo Hilst Mattar.

Campo Grande, 25 de maio de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça





**PAUTA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 31 DE MAIO DE 2022, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.**

**6. Expedientes:**

**6.1. Expedientes encaminhados para ciência:**

**1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0440/2022/CGMP/MS**, de 5.5.2022, O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, encaminha decisão de arquivamento do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00003471-3, bem como cópia do Parecer nº 077/2022/NAD/COCI/CN e da decisão do Excelentíssimo Senhor Corregedor Nacional do Ministério Público, Conselheiro Oswaldo D'Albuquerque, exarada no Procedimento de Correição Extraordinária nº 1.01082/2021-04, para conhecimento. (*Protocolo nº 02.2022.00048021-0*)

**2. Promotoria de Justiça comarca de Iguatemi:**

- **Ofício nº 0164/2022/PJ/IGU**, de 2.5.2022.

**7. Ordem do dia:**

**7.1. Matéria Administrativa:**

**7.1.1. Promoções:**

**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004906-5**

Expediente: Aviso nº 20/2022/CSMP, 17.5.2022, publicado no DOMPMS nº 2.668, de 18.5.2022.

Assunto: Promoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, segunda entrância.

**Inscrita:** Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes.

**Relator-Conselheiro:** Silasneiton Gonçalves.

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004902-1**

Expediente: Aviso nº 21/2022/CSMP, 17.5.2022, publicado no DOMPMS nº 2.668, de 18.5.2022.

Assunto: Promoção pelo critério de antiguidade para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância.

**Inscrito:** Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

**COMISSÃO ELEITORAL**

**AVISO Nº 01/2022/CE-CGMP**

**A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, BIÊNIO DE 2022/2024**, no uso das atribuições previstas no artigo 6º da Resolução nº 5/2022-CPJ, de 23 de maio de 2022, do Colégio de Procuradores de Justiça, **torna público o nome do Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, único candidato inscrito e habilitado para concorrer ao cargo de Corregedor-Geral do MP, biênio 2022/2024.**

Campo Grande, 26 de maio de 2022.

HUDSON SHIGUER KINASHI  
Procurador de Justiça  
Presidente da Comissão Eleitoral

IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI  
Procuradora de Justiça  
Membro da Comissão Eleitoral

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora de Justiça  
Membro da Comissão Eleitoral

EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA  
Procurador de Justiça  
Membro da Comissão Eleitoral

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000282 DE 17.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00003773-6**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: K R P Consultoria em Tecnologia de Informação Ltda.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 069/2021 - Pregão Eletrônico nº 023/2021, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as demandas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000282 de 17.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00003773-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **K R P CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.** representada por **Diogo Borges Oliveira**.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 069/2021 - Pregão Eletrônico nº 023/2021, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Amparo legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as demandas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000282, datada de 17.05.2022.

Vigência: 25.05.2022 a 25.05.2023.

Data de assinatura: 25 de maio de 2022.

**EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE 18 DE MAIO DE 2022, CELEBRADO ENTRE MPMS E O CNMP.**

Processo: 09.2022.00004976-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)**, representado pelo Conselheiro Nacional do Ministério Público, **Moacyr Rey Filho**, na condição de Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Objeto: Conjugação de esforços entre os partícipes para o aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão.

Vigência: 18.05.2022 a 18.05.2024.

Data da assinatura: 18 de maio de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 28/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2022.00000473-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Euclides Damiani Predinola.

Objeto: Apurar a ocorrência do desmate irregular de 0,96 hectares de vegetação nativa na Fazenda Paraíso, CARMS n. 0007178, objeto do Auto de Infração n. 7427, emitido pelo IMASUL.

Campo Grande, 26 de maio de 2022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 29/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2022.00000472-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Maria Lúcia Decco Faucz.

Objeto: Apurar a ocorrência do desmate irregular de 1,31 hectares de vegetação nativa na Fazenda Santa Maria, CARMS 0006407, objeto do Auto de Infração n. 2807, emitido pelo IMASUL.

Campo Grande, 26 de maio de 2022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****DEODÁPOLIS****EDITAL Nº 0026/2022/PJ/DPS.****Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC Nº 09.2022.00005069-4.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00005069-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Gilberto Darci Bernardi.

Objeto: Acompanhar o cumprimento do acordo judicial celebrado entre o Ministério Público Estadual e Gilberto Darci Bernardi, nos autos da Ação Civil Pública nº 0900006-75.2020.8.12.0032.

Deodápolis/MS, 25 de maio de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0027/2022/PJ/DPS.****Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC Nº 09.2022.00004783-4.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00004783-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissários: Aurélio Rolim Rocha e Nilton Fernando Rocha Filho.

Objeto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta nº 0006/2020/PJ/DPS, referente ao Inquérito Civil nº 06.2018.00001004-6, tendo como parte compromissária Aurélio Rolim Rocha e Nilton Fernando Rocha Filho.

Deodápolis/MS, 25 de maio de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 09.2022.00004783-4.****EDITAL Nº 0028/2022/PJ/DPS.**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

COMPROMISSÁRIO: Aurélio Rolim Rocha e Nilton Fernando Rocha Filho.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna público o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado com Aurélio Rolim Rocha e Nilton Fernando Rocha Filho, em 31/03/2022, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00001004-6, tendo por objeto: "a regularização ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Annalu, matrícula nº 6.937 do CRI de Deodápolis/MS (fls. 53/69 do IC), inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR) sob o registro MS-5003454-AD95D9878BC040CDAFEDEFAOD818E606, localizada entre os Distritos de Vila União e Porto Vilma, no município de Deodápolis/MS, bem como a regularização ambiental das atividades ali desenvolvidas, a recuperação física (obrigação de fazer) e a reparação pecuniária (obrigação de indenizar) do passivo ambiental identificado no Relatório de Vistoria Técnica nº 051/DAEX/CORTEC-MA/2019 (fls. 168/191 do IC).", cujo inteiro teor está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, CEP. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 25 de maio de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0029/2022/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC Nº 09.2022.00004416-0.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00004416-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Hélio Pereira da Silva.

Objeto: acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 0026/2021/PJ/DPS, referente ao Inquérito Civil nº 06.2019.00001273-7, tendo como compromissário Hélio Pereira da Silva.

Deodápolis/MS, 25 de maio de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 09.2022.00004416-0.****EDITAL Nº 0030/2022/PJ/DPS.**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

COMPROMISSÁRIO: Hélio Pereira da Silva.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna público o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado com Hélio Pereira da Silva, em 3/5/2022, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001273-7, tendo por objeto: a correção de irregularidades ambientais no imóvel rural denominado Estância Boa Sorte, matrículas nº(s) 4.627 e 4.629 do CRI de Deodápolis/MS, CARMS nº 0034914 e 0034898, localizado na 13ª linha, nascente, em Deodápolis/MS, as quais foram identificadas no Relatório de Vistoria Técnica nº 023/DAEX/CORTEC-MA/2021, cujo inteiro teor está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, CEP. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 25 de maio de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0031/2022/PJ/DPS.****Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2022.00003713-6.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2022.00003713-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Osvaldo Klem.

Objeto: Acompanhar o cumprimento do acordo judicial entabulado nos autos de Ação Civil Pública Ambiental nº 0900015-42.2017.8.12.0032.

Deodápolis/MS, 25 de maio de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**MIRANDA****EDITAL Nº 004/2022**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2021.00007220-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, Miranda/MS.

O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2021.00007220-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Breno Augusto Terra Pereira e Gustavo Rodrigo Terra Pereira, representados pelo Dr Jean Henry Costa de Azambuja (OAB/MS 12.732).

Assunto: Fiscalizar e acompanhar as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta entabulado por Breno Augusto Terra Pereira e Gustavo Rodrigo Terra Pereira, representados pelo Dr Jean Henry Costa de Azambuja (OAB/MS 12.732).

Miranda/MS, 25 de maio de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

**NOVA ALVORADA DO SUL****EDITAL Nº 0009/2022/PJ/NAAD**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Alvorada do Sul/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marcelino Risdén, nº 1040, Centro, CEP 79140-000, Nova Alvorada do Sul/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000414-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aliomar Muller Pereira

Assunto: “Apurar a supressão de 3,128 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Santa Luzia, em Nova Alvorada do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IMASUL nº 0009263/2022”.

Nova Alvorada do Sul, 24 de maio de 2022.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

**SÃO GABRIEL DO OESTE****INQUÉRITO CIVIL Nº MP 06.2020.00001274-8**

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**RECOMENDAÇÃO nº 001/2022**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, Inciso IV da Lei Federal nº 8.625 de 12/02/93; art. 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94; e art. 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que, nos termos da doutrina jurídica nacional, a recomendação administrativa “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>2</sup>, viabilizando, dessa maneira, na hipótese de descumprimento, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado ou de ação própria visando a imposição de obrigação de fazer;

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, ressalvados os casos especificados na própria Constituição, “*a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com*

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>2</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.





a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração” (art. 37, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que os cargos comissionados, segundo previsão constitucional, “destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.” (art. 37, V, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil n. 06.2020.00001274-8 na 1.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de São Gabriel do Oeste, que tem como objeto “apurar eventual nomeação ilegal para o exercício de cargo em comissão na Câmara de Vereadores do Município de São Gabriel do Oeste/MS”;

CONSIDERANDO que os documentos que instruem o Inquérito Civil em comento demonstram que a Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste mantém, a título comissionado, a quase totalidade de seus agentes, sendo severamente diminuto o número de seus servidores efetivos.

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste não promove a realização de concurso público há muitos anos, bem como que isso contribui para o desfalque de agentes que dá azo às nomeações precárias e irregulares atualmente verificadas;

CONSIDERANDO que restou demonstrado no bojo da instrução do presente Inquérito Civil a predominante ocorrência de agentes ocupantes de cargos comissionados executando atividades-meio de natureza permanente que não correspondem ao critério estabelecido na Constituição Federal relativamente às atividades de direção, chefia e assessoramento (art. 37, inciso V).

O Ministério Público Estadual, com fundamento no artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.0625, de 12 de fevereiro de 1993, artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94, artigo 44 da Resolução nº 015-PGJ de 27/11/07 e artigo 4º, inciso IX, da Resolução 20/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, visando à adequação dos atos praticados pela Administração da Casa de Leis do Município de São Gabriel do Oeste/MS aos ditames constitucionais e legais, RECOMENDA à Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS, na pessoa de seu Excelentíssimo Senhor Presidente, o Vereador Fernando Rocha:

a) Que adote as providências necessárias a fim de promover a adequação dos cargos comissionados atualmente existentes no Poder Legislativo Municipal, de modo a conformar o seu quadro de servidores aos ditames normativos, máxime quanto ao percentual de cargos comissionados e atribuições efetivamente correspondentes aos cargos ditos em comissão, em atenção ao disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal da República;

b) Que cumpra a exigência constitucional do 4º art. 37, inciso II, relativa ao requisito de aprovação prévia em concurso público para a ocupação de cargos públicos no âmbito da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, notadamente em virtude do princípio da impessoalidade da Administração Pública, que resta fatalmente comprometido quando tal regra é violada;

c) Que na adequação do quadro de servidores, promova a conformação dos cargos efetivos e comissionados aos parâmetros constitucionais (art. 37, inciso V, CF), a fim de adotar a nomenclatura correta para cargos efetivos e em comissão, evitando, com isso, a criação ou provimento de cargos de natureza essencialmente efetiva a título comissionado, vez que isso configura ilegalidade, passível de controle nas esferas administrativa e judicial.

Por fim, nos termos do art. 45, *caput* e parágrafo único, da Resolução n. 015/2007/PGJ, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para que o recomendado responda, por escrito, a este expediente, quanto ao seu acatamento ou não, devendo providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação nos meios de comunicação disponíveis, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

São Gabriel do Oeste, 24 de maio de 2022.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA  
Promotor de Justiça

<sup>3</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

<sup>4</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.



---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL N. 0024/2022/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Rua 13 de Maio, 444, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00004790-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Adesão do Município de Porto Murtinho ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Porto Murtinho, 17/05/2022

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta